

# LINGUASAGEM

## O DIA DO PROFESSOR: UM EVENTO REGIDO DISCURSIVAMENTE PELO REGIME DE PROGRAMAÇÃO

Jonas Lima<sup>1</sup>

<b>A Força do Professor</b>	[...]
	<i>Um arquiteto de sonhos</i>
[...]	<i>Engenheiro do futuro</i>
<i>Ah... se um dia</i>	<i>Um motorista da vida</i>
<i>governantes</i>	<i>dirigindo no escuro</i>
<i>prestassem mais atenção</i>	<i>Um plantador de</i>
<i>nos verdadeiros heróis</i>	<i>esperança</i>
<i>que constroem a nação</i>	<i>plantando em cada</i>
<i>ah... se fizessem justiça</i>	<i>criança</i>
<i>sem corpo mole ou</i>	<i>um adulto sonhador</i>
<i>preguiça</i>	<i>e esse cordel foi escrito</i>
<i>lhe dando o real valor</i>	<i>por que ainda acredito</i>
<i>eu daria um grande grito</i>	<i>na força do professor.</i>
<i>Tenho fé e acredito</i>	[...]
<i>na força do professor.</i>	<b>Bráulio Bessa</b>

### RESUMO

O evento de comemoração do Dia do Professor sempre esteve orientado por um discurso que mobiliza o sentimento de felicidade, cujo efeito de sentido condiciona o sujeito professor a atuar de forma programada. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é examinar, com base na teoria dos regimes de sentido de Eric Landowski, como se constituem os efeitos de sentido gerados pelo enaltecimento presente no discurso e nas práticas comemorativas do Dia do Professor. O referencial teórico adotado está ancorado na Sociossemiótica de Eric Landowski (2005, 2014a, 2014b). O corpus estudado compreende textos que veiculam as narrativas das comemorações do Dia do Professor e da Professora, analisados com base nos parâmetros teóricos e metodológicos do regime da programação. Os resultados indicam que os sentidos produzidos nas interações durante as comemorações são constituídos por ações idealizadas e fantasiosas, sustentadas por práticas repetitivas que culminam na dessemantização do sentido, submergindo o sujeito professor em uma lógica programática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Profissão docente; Dia do professor/a; Dessemantização; Regime de programação.

### ABSTRACT

The event to commemorate Teachers' and Teachers' Days has always been guided by a discourse driven by the feeling of happiness, whose effect of meaning leads the subject teacher to act in a programmed way. Therefore, the objective of this study is to examine, with a contribution from

<sup>1</sup> Doutor em Letras: Ensino de Língua e Literatura. Docente do Instituto Federal do Tocantins, Campus Pedro Afonso. E-mail: [jonnasplima@gmail.com](mailto:jonnasplima@gmail.com).

the theory of regimes of meaning developed by Eric Landowski, how the effects of meaning motivated by the exaltation manifested in and by the discourse and practices of commemorating the teacher's day are constituted. The theoretical framework used had Sociosemiotics developed by Landowski (2005, 2014a, 2014b) as a guiding theoretical-methodological parameter, as well as texts that convey the narratives of the Teacher's Day celebrations. The results revealed that the meanings constructed in and through the interactions carried out in the commemorations of the Teacher's Day are constituted by romanticized and fanciful actions, moved by routine practices that result in the dismantling of the meaning, making the subject teacher act in the programming perspective.

**KEYWORDS:** Teaching profession; Teacher's day; Desemantization; Programming regime.

## Introdução

O cordel apresentado por Bráulio Bessa reproduz fração de um discurso que exalta a profissão docente e, simultaneamente, manifesta o desejo de um ideal: o reconhecimento e a valorização dos professores e professoras pelos papéis essenciais que desempenham na sociedade. Esse discurso de enaltecimento manifesta um entusiasmo que assume a forma de cenas romantizadas, especialmente nas vésperas e durante as comemorações do Dia do Professor, em 15 de outubro. Bráulio, nesse cordel, não cria um discurso novo — até porque não seria possível fazê-lo sozinho — mas tece uma narrativa que difunde um discurso lírico, amplamente reproduzido pela sociedade e pela própria classe docente.

Para enunciar *a força do professor*, Bráulio, mesmo sendo parte de uma sociedade que ainda não reconhece o valor e o prestígio merecidos, exalta os papéis desempenhados por professores e professoras na formação de cidadãos de todas as classes, reverenciando-os como *verdadeiros heróis, arquitetos de sonhos, engenheiros do futuro, motoristas da vida e plantadores de esperança*. No mesmo texto, o cordelista faz um apelo às autoridades governamentais para que concedam o reconhecimento devido a essa classe, que, como se sabe, tem se mantido motivada por promessas, sem, contudo, desistir de oferecer a crianças, jovens e adultos o acesso aos conhecimentos formais. Assim, Bráulio reverencia a classe docente como protagonista de um ofício ainda não valorizado.

Bráulio personifica o professor e a professora como mensageiros de esperança e proclamadores de sonhos, em contraste com o discurso predominante que transmite um senso de descrença, alimentado pela visão depreciativa que a sociedade atribui à classe docente. É importante destacar que esse desprestígio não é fruto de uma invenção isolada, mas uma estratégia sistemática do Estado para impedir a plena emancipação dos educadores. Tal prática se enraizou de tal forma na sociedade que passou a ser

reproduzida de maneira natural e politizada. Dessa forma, Bráulio, por meio do texto ficcional, não apenas reconhece a realidade enfrentada pelos professores, mas também problematiza uma questão que persiste até os dias atuais.

No âmbito teórico, o tributo dedicado por Bráulio ao professor e à professora, neste cordel, configura-se como uma prática de produção de sentido regida pelo *regime de programação*, que se manifesta antes e durante o Dia do Professor. Eric Landowski, um dos principais fundadores da teoria Sociosemiótica, define a programação como um regime de interação e produção de sentido no qual a atuação do sujeito é predeterminada e rigidamente delimitada.

No evento discursivo do Dia do Professor, o sujeito professor, configurado no regime de programação, atua em um estado programado, onde suas ações são orientadas por valores previamente estabelecidos. Nesse contexto, as comemorações restringem-se à reprodução de discursos romantizados, sustentados por uma figurativização idealizada do docente, e de pautas reivindicatórias esvaziadas de sentido transformador, reforçando a previsibilidade e a estabilização dos sentidos no plano discursivo.

O comportamento do sujeito afetado pelo regime de programação permanece regular, devido a um programa narrativo que preserva sua identidade por meio da repetição de um papel temático fixo. Para Landowski (2005), esse regime se fundamenta na ordem social e está baseado nas regularidades dos comportamentos de todos os tipos de atores, sejam humanos ou não-humanos. Nesse contexto, o cordel escrito por Bráulio reflete a recorrência da mesmice discursiva nos atos de celebração do Dia do Professor, impedindo, assim, que se produzam sentidos que agreguem prestígio. Desse modo, o sujeito que manifesta e celebra o Dia do Professor no texto do cordel, é um sujeito inserido em um discurso em processo contínuo de dessemantização.

Diante disso, o objetivo deste artigo é investigar, com base no regime de programação, como se constroem os efeitos de sentido decorrentes do enaltecimento expresso no discurso e nas práticas de comemoração do Dia do Professor. Considerando que o objeto da Semiótica é o sentido, que emana da interação do sujeito com os elementos expressos no texto, com os objetos da cultura, as paisagens, as dinâmicas interacionais e o próprio mundo tomado como significante, esta pesquisa parte da hipótese de que as comemorações do Dia do Professor e da Professora, tradicionalmente marcadas por elementos romantizados, manifestam, em seu discurso, sentidos regidos pela programação.

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados os fundamentos teóricos e metodológicos da Sociossemiótica, conforme apresentados por Eric Landowski (2005, 2014a, 2014b), com ênfase nas discussões sobre os regimes de interação e sentido gerados na relação entre sujeito e objeto ou entre sujeitos. Os elementos adotados como instrumentos de investigação consistem em textos que relatam o percurso histórico da profissão docente, assim como em textos produzidos em homenagem ao Dia do Professor e da Professora. Os textos selecionados para análise foram elaborados por educadores, entidades educacionais e governantes, e obtidos de publicações em jornais, sites e redes sociais.

### **Breve história da profissão docente**

O ofício docente precede tanto as primeiras instituições escolares quanto o desenvolvimento da escrita. Para alguns povos, o conhecimento transmitido inicialmente era orientado pelos saberes mitológicos, enquanto, para outros, baseava-se em tradições, costumes e preceitos religiosos. O esforço dedicado a transmitir aquilo que sempre foi considerado conhecimento levou o ser humano a articular diversas formas de se relacionar com seus semelhantes, com a natureza e com o mundo ao seu redor. Assim, o exercício de ensinar sempre fez parte da experiência humana. Não há registros históricos que indiquem que algum povo tenha deixado de promover atividades de ensino entre seus membros.

A origem da profissão docente remonta à Antiguidade, mas foi na Idade Média que ela se consolidou como uma ocupação formal, e a figura do professor ganhou destaque, especialmente entre as autoridades da Igreja. Nesse período, a educação foi fortemente influenciada pela religião, uma vez que as escolas estavam diretamente associadas às instituições religiosas. Era a Igreja Católica que determinava o conteúdo a ser ensinado. Conforme Nóvoa (1999), a gênese da profissão docente antecede a estatização da escola, pois os gregos e romanos já haviam desenvolvido, de forma sistemática, um modelo de educação e uma identidade para o professor que ainda prevalecem nos dias atuais. No entanto, naquela época, não havia deliberação nem apoio financeiro por parte do Estado.

No Oriente, a religião exerceu grande influência na transmissão do conhecimento formal. O taoísmo, o budismo, o hinduísmo e o judaísmo foram responsáveis pela formação desses povos, em moldes eminentemente práticos, “marcada pelos rituais de

iniciação [...]. Espontânea, natural, não intencional, a educação baseava-se na imitação e na oralidade, limitada ao presente imediato” (Gadotti, 1998, p. 21). Conforme ressalta Martins (2007, p. 30), “essa educação primitiva, dos povos orientais, não era sistemática, porém de caráter espontâneo, repetitiva e oral, baseada fundamentalmente na tradição religiosa. A educação era promovida predominantemente pelas famílias”. Logo, não havia um profissional dotado de saberes científicos para oferecer instruções.

Segundo Gadotti (1998, p. 22), nas comunidades primitivas orientais “a educação era confiada a toda a comunidade, em função da vida e para a vida: para aprender a usar o arco, a criança caçava; para aprender a nadar, nadava. A escola era a aldeia”. Não havia especialistas de ensino, não havia escolas como instituições específicas para educar. A vida, em geral, era apreendida nas tradições comunitárias. No entanto, com o tempo, surgiu a divisão social do trabalho e, com ela, diversas especializações: funcionários, sacerdotes, médicos, magos, professores, entre outros. A escola, que antes se confundia com a própria aldeia e a vivência cotidiana, passou a se estabelecer como um espaço específico, onde alguns assumiram o papel de ensinar e outros, o de aprender.

No Ocidente, em específico na Grécia Antiga, desenvolveu-se uma base de educação que serviu de modelo para todos os povos ocidentais. Contudo, o marco histórico da origem da atividade docente foi trazido do antigo Oriente. Ao se valer da ideia oriental, a Grécia implementou uma forma de ensinar que rompeu com a tradição de educação exclusivamente familiar. A partir de tal iniciativa, surgiu a figura docente comprometida com o exercício de repassar conhecimento formal e científico à sociedade. Dessa forma, é possível afirmar que, com os gregos, nasceu a educação sistemática como atividade estruturada, orgânica e específica do homem e, através deles, a profissão docente ganhou legitimidade.

Fundada na Grécia, a profissão do docente é uma das mais antiga do mundo ocidental. O ofício docente ganhou notoriedade entre os gregos a partir de Sócrates e dos mestres sofistas. Os sofistas eram professores itinerantes que percorriam as cidades, ensinando, mediante pagamento, disciplinas como retórica e gramática a pessoas interessadas. O principal objetivo de seus ensinamentos era integrar o cidadão à vida política. No entanto, o que se sabe sobre os sofistas são apenas fragmentos e citações feitas por seus principais adversários: Sócrates, Platão e Aristóteles. Amplamente criticados por Platão, os sofistas estiveram em Atenas, no século V a.C., devido à organização política da cidade, mas não eram atenienses.

Sócrates, de origem humilde, filho da parteira Fenareta e do escultor Sofronisco, também fez duras críticas ao trabalho dos sofistas. Para ele, os sofistas apresentavam apenas verdades relativas, e, na ausência de uma verdade absoluta, tornava-se mais fácil praticar a erística — a tentativa de vencer um debate a qualquer custo. Como mestre, Sócrates direcionava seus ensinamentos às camadas mais populares, como trabalhadores, artesãos, escravos e jovens. Ele ensinava por amor e afinidade, ao contrário dos sofistas, que cobravam altos valores por suas aulas. O ensino socrático pode ser considerado *popular*, mas Sócrates também se dispunha a discutir e refletir com aristocratas e pessoas influentes.

Na Roma Antiga, a educação foi desenvolvida através de um sistema informal e familiar, no início da República, para um sistema baseado em aulas pagas durante o Dominato e o Império. O modelo de ensino era baseado no sistema grego, mas muitos professores particulares do sistema romano eram escravos ou libertos gregos. No século III a.C., um dos cativos gregos de Tarento, chamado Lívio Andrônico, foi vendido como escravo e usado como tutor para os filhos de um nobre da família gente Lúvia. Depois de conseguir a liberdade, ele continuou a viver em Roma e tornou-se o primeiro professor a seguir métodos gregos de educação e, logo depois, a traduzir a *Odisseia* de Homero para a língua latina.

Como visto, a profissão docente não teve origem no Oriente, mas a tradição de transmitir conhecimentos de uma pessoa para outra provém dessa região e, até onde se sabe, é a mais antiga do mundo. Na cultura oriental, as crianças recebiam uma formação profundamente vinculada ao ensino e às práticas religiosas, sendo essa educação promovida por diversos membros de cada comunidade. Inspirados nessa tradição, os gregos desenvolveram um sistema de educação mais sofisticado em que seus mestres, antes de atuar, recebiam formação em filosofia, gramática, oratória, retórica, matemática e astronomia. Assim, entre os gregos, foram os sofistas que fundaram, no Ocidente, a profissão professor, inteiramente remunerada pelo ensino de retórica e gramática.

## **O reconhecimento da profissão docente no cenário mundial**

A *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO), em parceria com a *Organização Internacional do Trabalho* (OIT), instituiu o dia 5 de outubro como o *Dia Mundial dos Professores* (*World Teachers' Day*) para homenagear e valorizar aqueles que se dedicam profissionalmente ao ensino de crianças,

jovens e adultos. Esta data é celebrada oficialmente desde 5 de outubro de 1994, quando as duas organizações se reuniram em Paris, durante uma conferência intergovernamental convocada pela UNESCO. O evento teve como objetivo discutir questões relacionadas à profissão docente e celebrar o 5 de outubro de 1966, data em que a UNESCO e a OIT aprovaram uma recomendação sobre a criação do estatuto dos professores.

Tal recomendação estabelece referências sobre os direitos e responsabilidades dos professores e padrões para sua formação e educação inicial, bem como seu recrutamento, condições de trabalho, de salário e de ensino e aprendizagem. Além disso, essa orientação reforça a necessidade da luta constante pela valorização de todos os profissionais da educação. A ausência de políticas públicas voltadas para a valorização dos professores, que abranjam a melhoria das condições de trabalho, a implementação de planos de carreira e o aumento salarial, tem contribuído para a diminuição do interesse pela profissão e pelos cursos de licenciatura. Como resposta a essa situação, o *Estatuto Mundial do Docente* foi atualizado em 1997, passando a incluir também pesquisadores e professores do ensino superior.

A criação do *World Teachers' Day* impulsionou encontros anuais que reúnem governos, organizações multilaterais e bilaterais, ONGs, setor privado, professores e especialistas da área educacional de todo o mundo. Com a adoção do *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) em Educação*, das Nações Unidas, e, em particular, da Meta 4.c, que destaca os professores como fundamentais para o cumprimento da *Agenda de Educação 2030*, o Dia Mundial dos Professores tornou-se um marco para celebrar conquistas, refletir sobre os desafios ainda existentes e discutir estratégias para valorizar a profissão. Entre esses desafios, destaca-se a necessidade de suprir a carência de 69 milhões de professores para alcançar a universalização da educação primária e secundária até 2030.

A celebração do Dia Mundial dos Professores é norteada anualmente por um tema selecionado pela UNESCO, que serve como referência para direcionar as discussões sobre as prioridades emergenciais relacionadas à profissão docente. Em 2023, o tema escolhido foi *Os professores que precisamos para a educação que queremos*, Em 2022, o tema eleito foi *A transformação da educação começa com os professores*, em 2021 foi selecionado o tema: *Professores: lidar com a crise e reimaginar o futuro*; enquanto em 2020 o tema abordado foi: *Professores: líderes em situações de crise que constroem o futuro*, e assim sucessivamente. As discussões associadas aos temas têm sido direcionadas para a avaliação das dinâmicas das políticas voltadas ao corpo docente, bem como para o



estímulo das organizações a valorizar e o reconhecer a profissão de professor. Essas iniciativas visam contribuir para o alcance da meta de uma educação universal.

Os discursos e as iniciativas promovidas por organizações em defesa da valorização da profissão docente têm impulsionado a adoção de novas políticas públicas voltadas para os professores, especialmente nos países em desenvolvimento. Sem dúvida, o *ranking* estabelecido pelo *Programa Internacional de Avaliação de Alunos* (PISA), juntamente com os dados da *Varkey Foundation* — uma organização internacional sediada em Londres que busca promover padrões educacionais de excelência e elevar o *status* dos professores globalmente —, gerou preocupações entre os governantes dos países que ocupam as posições inferiores tanto na classificação dos alunos quanto no *Índice Global do Status dos Professores*.

O PISA, que avalia a proficiência em Leitura, Matemática e Ciências de estudantes de 15 anos, realizado em 2022, aplicou exame em 599 escolas brasileiras, com participação de 10.798 candidatos. No relatório apresentado em 2023, o Brasil classificou-se na posição 60º do *ranking* mundial. Os três países que apresentaram melhores desempenhos foram Singapura (1º), China (2º) e Japão (3º). O relatório revela que os países que aparecem no topo do *ranking* são os mesmos que investem mais em remuneração, qualificação profissional e prestígio social dos seus professores. Em vista dessa lógica, o Brasil, para avançar, precisa investir mais na profissionalização e no prestígio da carreira docente.

Em avaliação aplicada em 2018, a *Varkey Foundation* realizou estudos sobre o prestígio dos professores em 35 países. Nessa pesquisa, o Brasil obteve a última classificação na escala mundial. Apenas 9% dos brasileiros acreditam que os alunos respeitam seus professores em sala de aula. Para efeito de comparação, a China foi o país que recebeu melhor avaliação em 2018: naquele país 81% das pessoas acreditam que os docentes são respeitados pelos alunos. Para Sunny Varkey, fundador da *Varkey Foundation*, “o índice fornece provas de que o *status* dos professores na sociedade, seu prestígio e sua forma como são enxergados, tem influência decisiva no desempenho dos alunos na escola” (Vitorino, 2018, p. 3).

## A gênese do Dia do Professor no Brasil

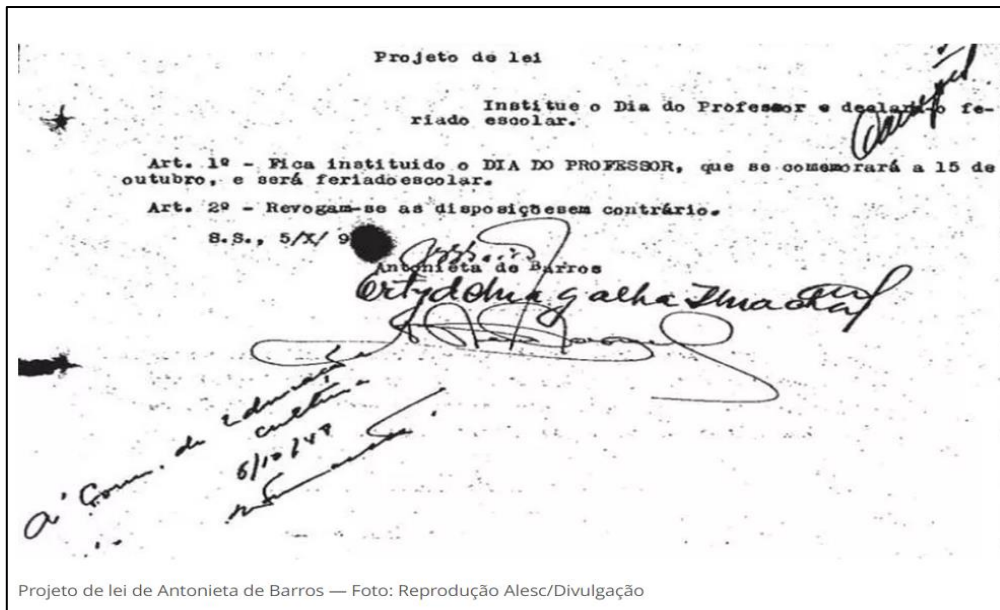
A comemoração do Dia do Professor remonta ao decreto imperial conhecido como *Lei de 15 de outubro de 1827*, que instituiu a primeira Lei Geral sobre o Ensino



Elementar. Outorgado por Dom Pedro I na referida data, o decreto tornou-se um marco na educação do Brasil Imperial, estabelecendo diretrizes que serviram como referência para os docentes do ensino primário e ginásio nas províncias. A lei abordava uma ampla gama de temas, incluindo a descentralização do ensino, a remuneração de professores e professoras, o currículo mínimo, a admissão de educadores e a criação de escolas para meninas. Contudo, o decreto imperial não instituiu o dia 15 de outubro como data comemorativa. Esse reconhecimento só foi consolidado 120 anos depois, quando a data passou a homenagear oficialmente os professores.

A primeira comemoração pública do Dia do Professor aconteceu em 1947, na cidade de São Paulo, no Ginásio Caetano de Campos. Um grupo de professores, liderado por Salamão Becker, decidiu organizar uma pausa no segundo semestre para evitar a exaustão, considerando que o período letivo era longo, de 1º de junho a 15 de dezembro. Essa pausa não teria como objetivo apenas o descanso dos docentes, mas também a reorganização das atividades até o final do ano. No evento, o professor Salomão Becker fez um discurso enfático, enaltecido pelos seguintes enunciados: *Professor é profissão. Educador é missão. Em Educação, não avançar já é retroceder*. Em sua fala foi também ratificada a ideia de se manter na data um encontro anual.

O primeiro projeto de lei que instituiu o Dia do Professor, de número 112, foi apresentado em 5 de outubro de 1948 na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, pela deputada estadual Antonieta de Barros. Nascida em 1901, na antiga Desterro, hoje Florianópolis, e falecida em 1952, Antonieta foi eleita deputada em 1934 e reeleita em 1947. Negra e filha de ex-escrava, ela é considerada uma revolucionária pela pesquisadora Jeruse Romão. Na justificativa para a criação da data, que na época previa um feriado para os trabalhadores, Antonieta destacou a importância do educador, afirmando: “Não há quem não reconheça, à luz da civilização, o inestimável serviço do professor” (Romão, 2021, p.34). Para ilustrar, segue o projeto de lei.



**Figura 1** - Projeto de lei nº 112/1948 apresentado por Antonieta de Barros<sup>2</sup>

Em 12 de outubro de 1948, a Lei nº 145 foi aprovada, instituindo o Dia do Professor e seu feriado comemorativo em Santa Catarina. A lei foi homologada pelo governador José Boabaid e publicada imediatamente, embora tenha antecedido em 15 anos o reconhecimento nacional da data. Além de representar um marco histórico no reconhecimento do valor do professor como agente comprometido com a transformação da sociedade, essa lei também simboliza uma conquista na luta pela participação das mulheres na política. Assim, graças à atuação pioneira de Antonieta de Barros, Santa Catarina se tornou o primeiro estado do país a oficializar o 15 de outubro como o Dia do Professor, conforme ilustrado a seguir no texto da lei sancionada pelo governador.

### LEI N 145, DE 12 DE OUTUBRO DE 1948

REVOGADA pela Lei Nº 16719/2015  
Procedência: Dep. Antonieta de Barros  
Natureza: PL 112/48  
DO. 3806 de 14/10/48  
Fonte: ALESC/Div. Documentação

Institui o Dia do Professor e declara-o feriado escolar.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Professor, que se comemorará a 15 de outubro, e será feriado escolar.

<sup>2</sup> Fonte: Estado de Santa Catarina (1948).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.  
A Secretaria da Justiça, Educação e Saúde assim a faça executar.  
PALÁCIO DO GOVERNO, em Florianópolis, 12 de outubro de  
1948.

**JOSÉ BOABAI**

Governador do Estado (Estado de Santa Catarina, 1948).

Além de exercer o cargo de parlamentar, Antonieta de Barros foi professora de português, psicóloga, jornalista e escritora. Aos 17 anos, fundou o curso *Antonieta de Barros*, voltado para a alfabetização de adultos e moradores carentes da região onde residia. Uma das escolas em que lecionou na capital recebeu seu nome. Ao longo de sua trajetória, Antonieta defendeu a educação como um direito humano fundamental. Ela acreditava que a educação era a única maneira de libertar e proporcionar ascensão socioeconômica à classe mais pobre por meio de um ensino emancipador. Apesar de enfrentar ataques e ameaças de homens ricos, bem como das oligarquias da mídia e da política, Antonieta é, até hoje, a única mulher negra a ocupar o cargo de deputada em Santa Catarina.

Em decorrência do movimento liderado pelo professor Salomão Becker em 1947, o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, promulgou, em 13 de outubro de 1948, a Lei nº 174, que instituiu o feriado escolar do Dia do Professor. Essa lei originou-se do projeto de lei nº 501, apresentado pelo deputado Sales Filho. A partir daquele momento, “começaram a surgir notícias sobre as solenidades organizadas por grupos escolares, escolas normais, ginásios e colégios, que promoviam ‘sessões lítero-musicais’, missas, conferências e homenagens a antigos mestres, muitas vezes com a entrega de medalhas e ‘diplomas de honra’” (Vicentini, 2004, p. 20). Para ilustrar, segue abaixo o texto da lei mencionada.

**LEI N. 174, DE 13 DE OUTUBRO DE 1948**

Declara "Feriado Escolar" a data de 15 de outubro, considerada o "Dia do Professor".

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica declarado "Feriado Escolar" a data de 15 de outubro, considerada o "DIA DO PROFESSOR".

Artigo 2.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 13 de outubro de 1948.

ADHEMAR DE BARROS

João de Deus Cardoso de Mello (Estado de São Paulo, 1948).

Como se pode observar, o texto da lei sancionada pelo governador Adhemar de Barros apresenta informações sucintas e diretas, limitando-se à instituição do feriado escolar para comemorar o Dia do Professor. O governador não oficializa, por meio dessa lei, o Dia do Professor e da Professora, restringindo-se apenas à criação do feriado. Além disso, nenhuma outra deliberação relacionada à valorização e ao prestígio da categoria é inserida no texto da lei. Dessa forma, o discurso manifestado por meio dessa legislação reflete as recorrentes ineficiências governamentais e a falta de compromisso com a classe docente, um problema que persiste desde o surgimento das primeiras escolas no Brasil.

O Dia Nacional do Professor foi oficialmente estabelecido pelo Decreto Federal nº 52.682, de 14 de outubro de 1963, assinado pelo presidente da República João Goulart. O Decreto define, no artigo 3º, a essência e a razão do feriado: “para comemorar de forma condigna o Dia do Professor, os estabelecimentos de ensino promoverão solenidades que enalteçam a função do mestre na sociedade moderna, envolvendo alunos e famílias” (Brasil, 1963). Este decreto desempenhou um papel central na moderação dos conflitos entre o Sindicato dos Professores e os donos de escolas particulares, que pressionavam os professores a trabalharem no dia 15 de outubro, de forma a evitar a organização de manifestações por reivindicações salariais.

### **DECRETO Nº 52.682, DE 14 DE OUTUBRO DE 1963**

Declara feriado escolar o dia do professor.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o item I do artigo 87 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º O dia 15 de outubro, dedicado ao Professor fica declarado feriado escolar.

Art. 2º O Ministro da Educação e Cultura, através de seus órgãos competentes, promoverá anualmente concursos alusivos à data e à pessoa do professor.

Art. 3º Para comemorar condignamente o dia do professor, aos estabelecimentos de ensino farão promover solenidades, em que se enalteça a função do mestre na sociedade moderna, fazendo participar os alunos e as famílias.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1963; 142º da Independência do Brasil; 75º da República.

### JOÃO GOULART

Paulo de Tarso (Brasil, 1963).

A celebração do Dia do Professor, inicialmente, possuía um caráter afetivo e lírico, com o objetivo de criar uma oportunidade para que as pessoas expressassem seu reconhecimento àqueles que lhes ensinaram a ler e escrever, frequentemente esquecidos e mantidos no anonimato. O reconhecimento oficial deu origem a cerimônias promovidas pelos poderes públicos e por outras instituições, que homenageavam professores considerados exemplares e exaltavam a dedicação com que a categoria cumpria sua missão. Isso também contribuiu para que a data fosse incorporada ao imaginário coletivo. No entanto, a partir de 1948, a categoria passou a incluir nas comemorações protestos contra os baixos salários e os problemas relativos ao estatuto profissional.

O discurso veiculado pela grande imprensa carioca e paulista a respeito da comemoração do dia professor, entre 1948 e 1963, valia-se de distintos posicionamentos:

ora a recompensa simbólica aparecia como signo de uma ‘nova era’ para a categoria, ora era apresentada como uma forma de dissimular a deficiência de seus vencimentos e, até certo ponto, como algo antagônico a medidas concretas em prol da melhoria do seu estatuto profissional (Vicentini, 2004, p. 36).

No discurso dos governantes, nunca faltou a romantização da profissão, utilizada como estratégia para atenuar as reivindicações da categoria, que buscava obter reajustes salariais, melhores condições de trabalho e conquista de prestígio social.

### Os regimes de interação e sentido na perspectiva da Sociosemiótica

Os regimes de interação e sentido são conceitos que integram a teoria Sociosemiótica, um dos desdobramentos atuais da Semiótica de A. J. Greimas. O principal expoente dessa teoria é Eric Landowski, que foi gradualmente construindo uma semiótica do social a partir de uma narrativização das situações, da política, do direito, da mídia, do cotidiano etc. Em *Interações Arriscadas*, Landowski (2014a) apresenta seu modelo teórico interacional. Para o teórico, o sentido emana da interação. Assim, Landowski elabora uma semiótica da experiência, centrada nos discursos e nas práticas

sociais, em que a produção do sentido se dá pela interação, proposta teórica que instaura uma semiótica que articula o sensível com o inteligível.

Segundo Landowski (2009), na *Semiótica Discursiva*, o sentido não está nos textos, para que o leitor o identifique, nem é algo prévio ao contato com os objetos, mas é sempre uma construção que resulta da interação do sujeito com os elementos presentes no texto, seus conhecimentos e o contexto cultural em que está inserido. O teórico afirma também que para compreender as manifestações textuais não basta dispor de uma teoria geral da significação, é necessário um confronto direto com a realidade dos textos e práticas nas interações vividas entre os sujeitos no dia a dia. No entanto, vale enfatizar que é a partir da presença do outro e da interação com o outro (pessoa ou coisa) que o sentido se constrói (Landowski, 2012).

Conforme Landowski (2014a), os regimes de interação são os modos de agir dos sujeitos do discurso, os quais oferecem uma perspectiva metodológica capaz de abordar a construção do sentido em ato. Nesse sentido, o teórico propõe quatro regimes de interação e sentido: *programação*, *manipulação*, *ajustamento* e *acidente*. Juntos, esses regimes compõem uma sintaxe geral da interação, ou seja, correlacionam-se entre si, seja por contrariedade, contraditoriedade ou implicação. Tal modelo comporta os mais diversos tipos de interação, seja entre humanos e humanos, humanos e coisas e coisas e coisas. Cada regime é, ao mesmo tempo, de interação, de sentido e de risco (Landowski, 2014a)

Para Landowski (2014a), o *regime da programação* é marcado pela continuidade e não pressupõe a transformação do sujeito, pelo contrário, o comportamento se mantém regular, por conta de um programa narrativo que preserva sua identidade por meio da repetição de um mesmo papel temático. Tal regime tende à dessemantização, devido à rotina e a sua previsibilidade. Nesse regime, tanto o sujeito como os objetos agem conforme um comportamento determinado por papéis temáticos ou posições sociais, que, como mostra o autor, organizam-se como práticas rotineiras, sendo que Landowski refere-se a essa ordem como o comportamento simbólico adotado pela sociedade.

Segundo Landowski (2014a), o *regime de manipulação* exige um sujeito do *fazer*, um sujeito que é capaz de avaliar os valores colocados pelo manipulador, conforme seus interesses e paixões. O regime de manipulação é guiado por uma relação de intencionalidade, que prevê a transformação do sujeito de estado mediante a conjunção ou disjunção com o objeto de valor. Na manipulação, é a posse do objeto de valor que provoca a transformação do sujeito, considerado um sujeito de volição. Tal regime visa a

troca de objetos de valor e a mudança de estados de alma, ou seja, tem como objetivo manipular, não no sentido comum da palavra, já que visa a levar o sujeito a agir de certa maneira segundo a intenção do destinador manipulador.

O *regime de ajustamento* é, por sua vez, regido pelo contágio. “Trata-se de um regime entre iguais, onde os actantes coordenam suas dinâmicas respectivas em função de um princípio de sensibilidade. Ele põe em jogo o processo de contágio fundado sobre as qualidades sensíveis dos parceiros da interação” (Landowski, 2014a, p. 17). Nesse regime, o encontro entre os sujeitos é marcado pela reciprocidade, por um conjunto de sentidos como: tato, olfato, visão, paladar, audição e a própria percepção que o sujeito tem do espaço. O sujeito, na interação por ajustamento, não busca mais, unicamente, fazer o sujeito fazer, busca-se, agora, fazer com que os sujeitos sintam. A interação entre os parceiros na dança ilustra bem esse tipo de regime.

O *regime do acidente* é guiado pela descontinuidade, pela irregularidade, pelo caótico, pela imprevisibilidade, pela aleatoriedade, na qual há um risco dos acontecimentos. Tal regime rompe com a regularidade de outros regimes e prevê o *assentimento ao imprevisível*. Pode ser identificado pelo seu nível máximo de risco e por sua insensatez, visto que quando irrompe deixa os sujeitos por ele acometido atordoados e atônitos. Desastres naturais são bons exemplos desse tipo de regime (Landowski, 2014a). O efeito de sentido ocorre por conta do encontro do sujeito com o objeto ou com outro sujeito, em uma relação que não tem como medida objetos de valores e manifesta-se por meio daquilo que não está programado.

Os regimes de interação e sentidos são capazes de explicar diferentes construções de sentido nas interações entre enunciador e enunciatário a partir do risco. Landowski (2014) considera que os quatro regimes se constituem como uma rede de configurações interconectadas. Em uma mesma situação podemos encontrar os quatro regimes de interação, passando de um para o outro e até mesmo coexistindo entre si. Entre eles podem ocorrer bruscas mudanças ou passagens gradativas, superposições ou inclusões de uma grande variedade de interações. Assim, Landowski (2014b) propõe, ao invés de um esquema de relações com base no quadrado semiótico, uma elipse, interligando os quatro regimes.

### **A celebração do dia do professor regido pelo regime da programação**



A primeira comemoração do Dia do Professor, no Brasil, reconhecida publicamente, ocorreu em 1933 por iniciativa da *Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal* (APC-DF). A Associação promoveu a celebração do *Dia do Primeiro Mestre* em 15 de outubro, com uma missa e uma sessão cívica realizada no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, dando origem à comemoração do Dia do Professor que se consolidou como uma forma de dar visibilidade à categoria. O evento teve como referência a data da lei imperial que criou o ensino primário das primeiras letras no país e a efetivação da aliança entre o Estado e a Igreja para ampliar as missões de evangelização e instauração de novas escolas primárias.

Em sua origem, a celebração tinha unicamente um caráter afetivo ao pretender criar uma oportunidade para que as pessoas demonstrassem seu reconhecimento a quem lhe ensinou a ler e a escrever e que era geralmente relegado ao esquecimento e ao anonimato. Embora o seu caráter afetivo tenha permanecido no decorrer do período examinado, o Dia do Professor ganhou novos significados ao ser incorporado por outros segmentos do magistério e da sociedade, tornando-se uma comemoração oficial a partir de 1948 e, posteriormente, desempenhando um papel importante nos protestos da categoria contra os baixos salários que se intensificaram a partir de meados dos anos 1950 (Vicentini, 2004, p. 33).

As formas de comemoração do Dia do Professor tiveram um período, de 1933 a 1963, associada à imagem tradicional que a sociedade tinha do magistério. No decorrer desse período, houve o predomínio de uma visão fortemente idealizada da docência que exaltava o sacrifício e a abnegação daqueles que a exerciam e eram relegados ao esquecimento a nobreza de sua missão. A deflagração da primeira greve do magistério paulista, ocorrida em 15 de outubro de 1963, marcou um momento significativo para a categoria. Além de reforçar a ideia de que os docentes deveriam ser remunerados de forma justa, a mobilização provocou uma transformação na imagem tradicional da professora primária, que passou a ocupar as ruas em manifestações, rompendo com estereótipos até então associados à profissão.

As interações e os sentidos que instituem o Dia do Professor emergem nas passagens que conectam o regime da programação ao da manipulação, pois, segundo Landowski (2014a, p. 33), “entre programação e estratégia, a fronteira não é tão estanque quanto pode parecer”. Para o teórico, esses regimes se intercambiam nas práticas sociais ou mesmo em uma única, formando um sistema dinâmico que permite deslocamentos e conjugação (Landowski, 2005). Desse modo, as primeiras comemorações do Dia do

Professor, em 1933, nasceram de um fazer-querer articulado por um manipulador que influenciou a vontade do professor, levando a categoria a celebrar naquele 15 de outubro o seu dia. Nesse processo, o manipulador desviou a trajetória do professor para um plano fora do programa da categoria.

Nos anos subsequentes, as comemorações se transformaram em um evento rotineiro e dessemantizado. Os discursos representativos dos eventos comemorativos não conseguiram veicular novidades que colocassem o prestígio além da percepção que a sociedade tinha da categoria. As celebrações promovidas pelas autoridades, de forma deliberada, se ajustavam ao enaltecimento do sacrifício e da abnegação, como se a profissão fosse um chamado ao sacerdócio eterno. Esses discursos nunca foram neutros; ao contrário, estavam sutilmente estruturados para promover a manutenção de um comportamento desejado pelos enunciadores. Dessa forma, a programação instaura um fazer ao sujeito, de tal forma, que ele age conforme aos papéis temáticos que lhe são atribuídos.

Em 1947, surgiu o emblemático discurso proferido pelo professor Salomão Becker, o qual, com o tempo, foi resumido aos seguintes enunciados: *Professor é profissão. Educador é missão*. O discurso enunciado por Becker tornou-se, na época, um *jingle* reproduzido por toda a categoria. Sob atributo de sujeito, Becker foi mobilizado por um manipulador que o seduziu inconscientemente a enunciar o discurso emancipador, cujo objetivo era oficializar o Dia do Professor e, sobretudo, exaltar o prestígio da classe. Isso consiste em uma operação persuasiva executada com o objetivo de fazer com que o sujeito manipulado “não possa deixar de conformar-se ao querer do estrategista-manipulador” (Landowski, 2014a, p. 48).

Em 1948, a deputada Antonieta de Barros teve seu labor político intercedido por um sujeito que a fez querer apresentar um projeto de lei, o qual foi transformado em lei e sancionado, criando o Dia do Professor no Estado de Santa Catarina. No processo de manipulação, o sujeito manipulado tem sua competência modal desviada para um querer-fazer articulado por um manipulador que seduz ou persuade esse manipulado a agir conforme suas intenções. No ato de criação do Dia do Professor, Antonieta foi destinada a exercer papel de sujeito, o qual foi motivado a agir em função de representar interesses reivindicados e aspirados pela classe docente.

Após a oficialização do Dia do Professor em âmbito nacional, ao longo de quase 20 anos, as comemorações foram organizadas dentro da lógica de uma programação estruturada. Os discursos proferidos refletiram sentimentos de desânimo, indignação e

denúncias, direcionados às promessas de reajustes salariais não cumpridas pelos governantes. Sem inovações no âmbito discursivo, as celebrações limitaram-se à reprodução de pautas reivindicatórias. Essas pautas, por fluírem em modo programado, não produziram o efeito transformador esperado pelos docentes. Isso se deve, em parte, à programação, onde os participantes assumem papéis temáticos fixos e estereotipados, o que explica tanto a ausência de grandes riscos quanto a recorrência de resultados insignificantes.

O discurso de comemoração do Dia do Professor também esteve frequentemente presente nas publicações dos jornais da época, especialmente nos que circulavam em São Paulo e no Rio de Janeiro. Um editorial publicado pela Folha da Manhã, em São Paulo, em 15 de outubro de 1956, intitulado *O melancólico dia do professor*, destacou a melancolia e a frieza que marcaram o Dia do Professor, pois para o jornal não havia motivo para os professores comemorarem. O editorial fazia alusão às promessas descumpridas e os consequentes desalentos sofridos pela categoria. Decerto que, o recorte discursivo enunciado pelo editorial expressa um ponto de vista condolente, embora não gera efeito de sentido que motive a desprogramação das cenas vividas pelos docentes.

Em um artigo intitulado *Nossa mensagem no Dia do Professor*, publicado por Elisiário Rodrigues de Sousa, no Diário de S. Paulo, em 15 de outubro de 1961, o colunista expressou sua “confiança nos destinos do magistério” que mesmo sem as “pompas” e esquecimento “do próprio Professor do Ano”, tinha “consciência de seu valor, da dignidade da sua ação social e do que é capaz de realizar, ainda quando lhe faltem estímulos comemorativos” (Sousa, 1961). Os termos e enunciados reproduzidos no artigo evidenciam que as interações entre professores e governo seguem um regime programado. Dessa forma, o colunista enfatiza seu reconhecimento à inércia associada ao discurso que enuncia o Dia dos Professores.

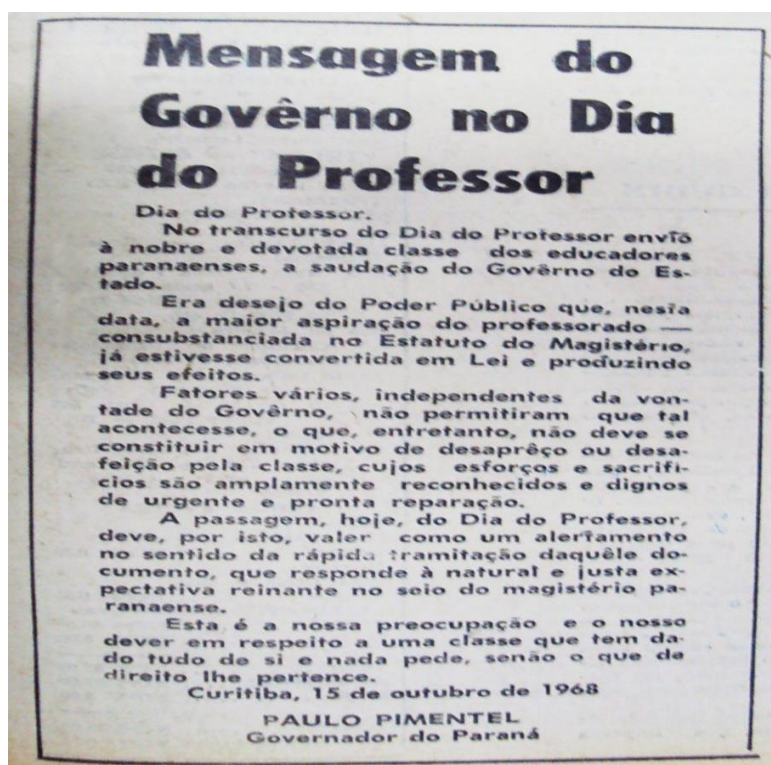
As comemorações do dia 15 de outubro 1963 foram tomadas pela deflagração da greve geral articulada pelos professores paulistas. A decisão de instaurar tal greve não surgiu da livre vontade de promovê-la como ato neutro de qualquer força ideológica ou persuasiva. Para a Semiótica Discursiva, toda decisão é motivada pelo querer-fazer de um destinador-manipulador, que toma direção do que seu destinatário deve praticar. Para tanto, as interações entre destinador e destinatário, que geraram o efeito de sentido da greve, constituíram-se de uma passagem gradual da programação para a manipulação. Assim, o sujeito professor, que agia em um estado programado, foi inconscientemente convencido por um destinador a querer instaurar tal greve.

Durante os anos da ditadura civil-militar, de 1964 a 1985, as formas de comemorações foram restringidas pelo regime. O professor e a professora poderiam comemorar, inclusive com demonstração de amor e felicidade pela profissão, mas estariam desautorizados a fazerem manifestações reivindicatórias. Os docentes que tentaram resistir o autoritarismo do regime foram expulsos do magistério, aposentados, presos e até exilados do país, propositalmente, para afastar a ameaça subversiva da classe. Tal regime foi extremamente violento com os docentes considerados subversivos ou que tinham tendência a simpatizar com o antigo regime ou, ainda, que defendessem qualquer regime que não fosse o vigente.

O governo militar se posicionava, perante as comemorações do dia dos professores e das professoras, como um destinador-manipulador que se valia de discursos e ações que reverberavam em produção de sentidos marcados pela programação, articulados para manter sob controle qualquer tentativa de ruptura da ordem estabelecida. As festas comemorativas, os monumentos, os projetos e os discursos eram produzidos com propósitos de revigorar as afirmações sobre a alegria de ser professor, de comemorar o seu dia e a alegria de servir a pátria. Logo, o 15 de outubro era promovido apenas para repercutir na sociedade a imagem de uma categoria patriótica e generosa, porém alheia às sanções impostas pelo regime.

Nesse sentido, as comemorações do Dia do Professor e da Professora não repercutem novidade, nem conferem protagonismo à classe. Os sentidos produzidos pelas comemorações são provenientes de um programa narrativo no qual o sujeito professor “age conforme um comportamento determinado por papéis temáticos ou posições sociais, que se organizam como práticas rotineiras”, aliado ao “comportamento simbólico adotado pela sociedade”, como “boas maneiras”, “papéis de autoridades”, “comportamentos automatizados” (Landowski, 2005, p. 23). O que distingue dos momentos anteriores, é que neste regime, o sujeito professor é manipulado para agir de forma programada, porém sob medida mais intensa e deliberada.

A mensagem expressa na figura 2, publicada pelo governador do Paraná, Paulo Pimentel, no Dia do Professor e da Professora, em 15 de outubro de 1968, evidencia que o governador estava ciente da possibilidade de mobilização da classe docente naquele dia. Por isso, ele antecipou, tanto para professores e professoras quanto para a opinião pública, as respostas às questões que o movimento poderia levantar. Dessa maneira, o destinador do discurso manifestado pelo texto usa a estratégia de convencimento para manter a categoria contida em seu estado de ação e interação programada.



**Figura 2** - Mensagem proferida ao dia professor em 1968<sup>3</sup>.

Como se pode observar, ao mesmo tempo em que o destinador utiliza estratégias manipulatórias para manter em ordem possibilidades de mobilização pela categoria, ele se vale também do discurso fantasioso ao enaltecer a categoria, sobretudo quando afirma: “esta é a nossa preocupação e o nosso dever em respeito a uma classe que tem dado tudo de si e nada pede, senão o que de direito lhe pertence” (Estado do Paraná, 1968). De forma transparente, o destinador reconhece sua dívida, o espírito de luta, a humildade das exigências e o valor de merecimento que o professor e a professora deveriam usufruir no exercício da profissão em forma de prestígio social, formação acadêmica e valorização salarial.

Sob a ótica semântica, o excerto em discussão configura-se como uma fração discursiva que faz retomada aos rotineiros discursos proferidos em outros momentos de confraternização ou de pronunciamentos oficiais direcionado à categoria docente. Como recorte de um discurso repetido, ele é regido pela programação, regime no qual o sentido se manifesta dessemantizado em função de sua produção, veiculação e recepção se concretizar no princípio da regularidade. À luz deste princípio, os discursos docentes enunciados nas comemorações de dia 15 de outubro mantêm-se regulares, em função de

<sup>3</sup> Fonte: Estado do Paraná. *In*: Diário do Paraná (15 out. 1968, Caderno 1, capa).

um programa narrativo que operacionaliza modos de ser e agir marcados pela continuidade.

Portanto, o dia 15 de outubro possui uma significativa carga simbólica e semântica. Sua construção está alicerçada tanto nas reivindicações de uma parcela da classe docente quanto na idealização e romantização promovida por outra. Durante o regime civil-militar, as comemorações passaram a ser frequentemente configuradas como fenômenos de programação, em detrimento da manipulação explícita. O destinador militar instituiu, de forma sutil, um regime de programação que simultaneamente visava manipular a classe docente, conduzindo-a a agir em conformidade com o programa de manutenção do poder. Com o fim do regime militar, a data passou a assumir um caráter de celebração docente, marcado por maior liberdade. No entanto, a essência das comemorações tem se reduzido a enunciação simbólica da expressão *Feliz dia do professor*, enquanto os efeitos das reivindicações têm se mostrado menores do que os gestos fantasiosos da comemoração.

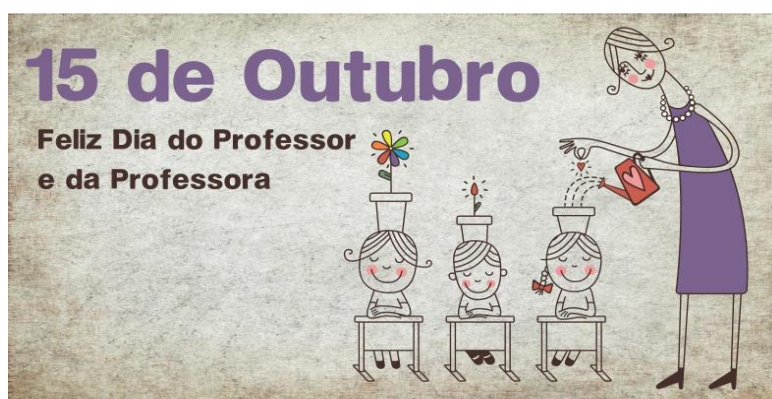
Na década de 1990, o 15 de outubro passou a refletir os sentimentos de liberdade resultantes do fim do regime militar. Assim como antes, as comemorações continuaram sendo celebradas como uma data simbólica, marcada por homenagens, discursos de governantes e pela inauguração de escolas e entrega de obras relacionadas à educação. Além disso, poucas promessas feitas em eventos políticos foram cumpridas à classe, concorrendo para a manutenção do desprestígio político e para omissão de concessão de benefícios. Visto que nem mesmo os direitos constitucionais previstos na Carta de 1988 foram regularmente garantidos, restou, então, à classe apenas a iniciativa de celebrar, nos moldes rotineiros, o cumprimento de um sacerdócio não valorizado pelas autoridades governamentais.

Apesar disso, no início do milênio atual, a educação brasileira, de maneira geral, passou a ser alvo de investimentos sistemáticos voltados à modernização da infraestrutura, ao aprimoramento da formação docente, à reformulação curricular e à implementação de um piso salarial nacional. Tanto as escolas quanto as universidades receberam, pelo menos, uma ampliação mínima de suas estruturas por meio de políticas públicas. Contudo, a valorização e o reconhecimento dos profissionais docentes não foram prioritários nas agendas políticas. A desvalorização e a falta de reconhecimento dirigidas aos profissionais da educação parecem ser parte de um plano ideológico, deliberadamente fomentado, com o objetivo de enfraquecer o poder de influência



intelectual da categoria e sua capacidade de formar uma consciência política crítica na sociedade.

Conseqüentemente, as comemorações do dia 15 de outubro, ainda que revestidas pelos símbolos da contemporaneidade, não se dissociaram de sua condição de evento rotineiro. As celebrações e confraternizações dirigidas aos professores e às professoras mantiveram o caráter de tributo ao cumprimento de um ofício concebido como um sacerdócio, marcado por uma perspectiva idealizada de caridade e abnegação. Mediante tais iniciativas, as comemorações continuam manifestando sentidos programados, orientados pela lógica da continuidade, da repetição, da previsibilidade e da falta de transformação do sujeito. Assim, em razão de seu caráter previsível, o sentido, nesse regime, está predisposto à *insignificância* (Landowiski, 2014b), tal como revela o texto a seguir.



**Figura 3** - homenagem ao dia professora e da professora<sup>4</sup>

O texto apresentado na figura 3, publicado em 15 de outubro de 2019, mostra uma professora regando vasos de rosas plantados na cabeça/mente das crianças. O referido texto foi elaborado e destinado à comemoração do Dia do Professor e da Professora, de forma semelhante aos textos produzidos e veiculados em décadas anteriores para homenagear a categoria docente. O texto é figurativo e temático, pois aborda a celebração do Dia do Professor e da Professora, concretizada por um encadeamento de elementos figurativos, representados pelos vocábulos *professor*, *professora*, *15 de outubro*, pela imagem da professora, das crianças, e pelos símbolos e as cores, que juntos constroem um discurso romantizado.

<sup>4</sup> Fonte: SINASEFE (Sindicato Nacional dos(as) Servidores(as) Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica).



A figurativização e a tematização observadas no texto da figura 3 configuram um efeito de sentido que projeta a imagem do professor ou da professora como sujeito plenamente feliz e otimista. Esse sujeito aparece investido de competência para desempenhar o papel de plantar sementes de informações, regá-las e acompanhar seu crescimento até que floresçam e desabrochem em conhecimentos, figurativizados pelas flores. A narrativa constrói um percurso gerativo de sentido que articula elementos figurativos e temáticos, organizados de forma a interagir predominantemente com o regime de programação, reforçando a previsibilidade e o controle sobre os efeitos de sentido produzidos.

O regime de programação depreendido na figura 3 se configura como um arquétipo dos eventos promovidos em comemoração ao Dia do Professor e da Professora desde quando esta data foi instituída no Brasil. Nas comemorações do dia 15 de outubro, o sujeito professor é receptor e vetor do mesmo discurso, que produz sentido programado e ainda é induzido, pelo discurso manifestado, a agir de forma programada. Nesse sentido, o discurso fomentador da celebração do dia 15 de outubro é regido pelo princípio da regularidade, através do qual o sujeito professor, ao invés de se intitular como protagonista de sua história e das perspectivas de sua profissão, é determinado a seguir à risca percursos e programas narrativos preestabelecidos por um destinador (governante) que lhe condiciona apenas o discurso da mesmice.

### **Considerações Finais**

Os papéis temáticos atribuídos aos professores e professoras brasileiros sempre foram representados de forma figurativa como profissionais coerentes, sábios, pacientes, oriundos de classes populares, comprometidos com a ética e a moral, auferindo baixos salários, entre outros estereótipos. No entanto, o profissional docente, no exercício de sua função, não se desvia de seu compromisso com a ética e a responsabilidade, sempre com o objetivo de construir e manter uma agenda educacional focada na qualidade do ensino e na garantia de resultados excelentes para os alunos. Apesar disso, não tem sido possível intervir de maneira eficaz nos fatores que têm levado a profissão docente a um processo de descaracterização e à sua conseqüente desvalorização.

Esse contexto contribui diretamente para o fortalecimento do discurso depreciativo em relação aos valores e à identidade da profissão docente, o qual se consolidou no imaginário social e impactou também as narrativas que orientam e

promovem as comemorações do Dia do Professor. Em consequência, as celebrações de 15 de outubro não têm contribuído de maneira significativa para a construção de uma história de protagonismo da classe docente, pois a categoria tem sido constantemente direcionada por iniciativas ideológicas, políticas e econômicas com o intuito de neutralizar ou desarticular qualquer tentativa de emancipação classista. Logo, as comemorações são expressas por meio de narrativas nas quais o sujeito professor é destinado a agir de maneira programada na produção de sentidos.

As narrativas que veiculam o discurso das celebrações do Dia do Professor e da Professora têm figurativizado os docentes como sacerdotes da educação, incumbidos de servir à sociedade de maneira altruísta, sem considerar a precariedade salarial e o desrespeito social. Esta visão idealizada, que foi inserida como paradigma profissional, tem sido utilizada para perpetuar a cultura de que o magistério é escolhido por vocação, e não por perspectivas de crescimento profissional e pessoal. Dessa forma, o dia 15 de outubro continua a ser celebrado por estudantes, famílias, docentes, governantes e entidades educacionais por meio de manifestações de gratidão e discursos efusivos, os quais, na maioria das vezes, se revelam vazios e desprovidos de propostas políticas concretas para a valorização da classe.

Portanto, o discurso presente nos textos destinados às homenagens e nas confraternizações em celebração ao Dia do Professor e da Professora está configurado no regime de programação, caracterizado pela geração de significados sustentada na repetição, na constância e na previsibilidade, associadas às práticas recorrentes do sujeito docente. Esse processo promove uma dessemantização progressiva, podendo culminar na ausência total de sentido. Na relação entre o sujeito docente e o objeto *15 de outubro*, as interações são configuradas pelas restrições impostas pelos papéis sociais que determinam seu fazer. Dessa forma, o sujeito professor encontra-se destituído de plena competência modal para operar sua própria desprogramação.

## REFERÊNCIAS

BESSA, Bráulio. **A Força do Professor**. Disponível em: Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cordel/6260169>. Enviado por Miguel Toledo em 21/02/2018. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 52.682, de 14 de outubro de 1963. Declara feriado escolar o Dia do Professor. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 15 out. 1963. Disponível

em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D52682.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D52682.html). Acesso em: 5 jun. 2022.

BRASIL. **Carta lei de, 15 de outubro de 1827**. Cria as escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1827. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.html). Acesso em: 03 jan. 2022.

ESTADO DO PARANÁ. Mensagem do Govêrno no Dia do Professor. In: **Diário do Paraná**, Curitiba, 15 out. 1968. Caderno 1, capa. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35233/R%20-%20D%20-%20MELISSA%20COLBERT%20BELLO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 out. 2022.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei nº 145, de 12 de outubro de 1948**. Institui o Dia do Professor e declara-o feriado escolar. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1948/145\\_1948\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1948/145_1948_Lei.html). Acesso em: 30 maio 2022.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Projeto de Lei Nº 112, de 5 de outubro de 1948**. Institui o dia do professor e declara feriado escolar. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/projeto-de-lei-pode-colocar-antonieta-de-barros-no-livro-dos-herois-da-patria>. Acesso em: 28 jul. 2022.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei nº 174, de 13 de outubro de 1948**. Declara "Feriado Escolar" a data de 15 de outubro, considerada o "Dia do Professor. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1948/lei-174-13.10.1948.html>. Acesso em: 12 ago. 2022.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1998.

LANDOWSKI, Eric. **Aquém ou além das estratégias**: a presença contagiosa. Documentos de Estudo do Centro de Pesquisas Sociossemióticas. São Paulo: Edições CPS, 2005.

LANDOWSKI, Eric. Avoirprise, donner prise. **Nouveaux Actes Sémiotiques**. n. 112, 2009. Disponível em: <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/2852>. Acesso em: 13 ago. 2022.

LANDOWSKI, Eric. Régimes de sens et styles de vie. **Nouveaux Actes Sémiotiques**, n. 115, 1-19, 2012. Disponível em: <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/2647>. Acesso em: 27 set. 2022.

LANDOWSKI, Eric. **Interações arriscadas** (Trad. Luiza Helena Oliveira da Silva). São Paulo: Estação das Letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociossemióticas, 2014a.

LANDOWSKI, Eric. Sociossemiótica: uma teoria geral do sentido. **Galáxia**, São Paulo, v. 27, p. 10-20, 2014b. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/gal/v14n27/02.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

MARTINS, Angela Maria Souza. **Fundamentos da Educação 3**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007, v. 2.

NÓVOA, Antônio. Profissão professor. *In*: NÓVOA, António (org.). **Profissão professor**. 2 ed. Porto: Porto Editora, 1999.

ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros**: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil. Florianópolis: Editora Cais, 2021.

SINASEFE. **Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica**. Dia do Professor e da Professora, 2019. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/dia-do-professor-e-da-professora/>. Acesso em: 26 out. 2022.

SOUSA, Elisiário Rodrigues de. Nossa mensagem no Dia do Professor. **Diário de São Paulo**. São Paulo, 15 out. 1961, Segundo caderno, p. 8.

VICENTINI, Paula Perin. Celebração e Visibilidade: o dia do professor e as diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-1963). **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO**. Campinas: Autores Associados; n.8, p. 9-41, jul./dez., 2004.

VITORINO, Fabrício. **Brasil cai para último lugar no ranking de status do professor**. G1. Globo. Brasília - DF, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/11/08/brasil-cai-para-ultimo-lugar-no-ranking-de-status-do-professor.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2022.

#### **Como referenciar este artigo:**

LIMA, Jonas. O Dia do Professor: um evento regido discursivamente pelo regime de programação. **revista Linguagem**, São Carlos, v.48, n.1, p. 252-277, 2025.

*Submetido em: 20/12/2022*

*Aprovado em: 30/01/2025*